

A polêmica dos juros

No Brasil, crescimento econômico robusto é incompatível com o controle da inflação? Artigos de Dércio Garcia Munhoz e Márcio Garcia polemizam sobre a eficácia e os desdobramentos da adoção de altas taxas de juros, em face à iniciativa do Copom de iniciar um novo ciclo de alta da Taxa Selic.



As ações da OAB/RJ contra o acobertamento histórico dos crimes durante a ditadura, em entrevista exclusiva com o presidente da seccional Wadih Damous.

Campanha da Fraternidade da CNBB debruça-se sobre a economia; Bruno Sobral discorre sobre as viúvas da Guanabara e as oportunidades para o Rio de Janeiro.

Editorial


Economia e Vida

■ Esta edição do JE é aberta com interessantes e diferenciadas abordagens sobre o significado da recente decisão do Banco Central em voltar a elevar a taxa básica de juros, a pretexto de se arrefecer o ritmo da atividade econômica no país, com o objetivo de se manter a inflação dentro dos parâmetros ditados pelo adotado modelo de metas inflacionárias.

Os professores Dércio Garcia Munhoz – da Universidade de Brasília – e Márcio Garcia – da PUC/RJ – nos apresentam visões absolutamente distintas do significado dessa polêmica medida. Ambos nos fornecem importantes elementos para a reflexão sobre a adequação – ou não – da política que, desde 1999, vem sendo implantada pelos governos de FHC e de Lula, a partir das condicionalidades exigidas pelo FMI, decorrentes do acordo celebrado pelo país com essa instituição, em 1998.

Ainda dentro da pauta relacionada com a nossa realidade econômica, chamamos a atenção dos nossos leitores para o artigo da Irmã Dulci Franzen e de Ivo Poletto, com o título Economia e Vida, tema da atual Campanha da Fraternidade, iniciativa da CNBB e do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs. Em um momento em que o mundo, mais uma vez, se encontra sob os impactos de mais um grave sintoma de crise da economia globalizada pela hegemonia do capital financeiro, esse artigo nos estimula a repensar a economia – e as nossas próprias sociedades – a partir de novas referências.

Nas páginas do Fórum Popular do Orçamento, o projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias do município do Rio de Janeiro para 2011 é analisado, enquanto que Bruno Sobral nos faz retornar às reflexões sobre como conceber o desenvolvimento do Rio de Janeiro. Ex-capital do país, o Rio, que de cidade-estado transformou-se em capital de uma unidade da Federação, hoje volta a se projetar como referência para todo o país, como sede das Olimpíadas e a mais importante cidade da Copa do Mundo de 2014.

E nas páginas centrais do JE, nosso entrevistado do mês é Wadih Damous, presidente da OAB/RJ, entidade que promove a relevante Campanha pela Memória e pela Verdade, buscando acelerar o processo de abertura completa dos arquivos da ditadura, ao mesmo tempo em que critica a controversa e recente decisão do STF, com relação aos efeitos da Lei de Anistia de 1979. 

SUMÁRIO

- 3 Polêmica dos juros
Dércio Garcia Munhoz
Porque a Taxa Selic, uma aberração, tanto agrada ao mercado
- 5 Polêmica dos juros
Márcio G. P. Garcia
Parabéns ao Banco Central do Brasil
- 7 Entrevista
Wadih Damous
“O que o STF fez quando decidiu que torturador foi anistiado porque tortura é crime político? Chancelou a tortura, que continua acontecendo no Brasil”.
- 11 Campanha da Fraternidade
Ir. Delci Franzen
Ivo Poletto
Economia e vida
- 13 Rio de Janeiro
Bruno Leonardo Barth Sobral
O “ouro de tolo” da Belacop e a oportunidade para cariocas e fluminenses na dimensão urbana-regional
- 15 Fórum Popular do Orçamento
Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, Gisele Rodrigues, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha, Ruth Espinola Soriano de Mello e Sidney Pascotto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Pascounto da Rocha • **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2008-2010): Luiz Mario Benhken, Ruth Espinola Soriano Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º Terço (2009-2011): Gilberto Caputo

Santos, Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º Terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriça Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º Terço: (2008-2010): Arthur Câmara Cardozo, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º Terço: (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º Terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascounto da Rocha • **Coordenador de Relações Institucionais:** Sidney Pascounto da Rocha • **Secretários de Relações Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Membros da Coordenação de Relações Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki, Paulo Sergio Souto e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriça Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Membros da Coordenação de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Membros da Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas, e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** José Fausto Ferreira, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Porque a Taxa Selic, uma aberração, tanto agrada ao mercado

■ Dércio Garcia Munhoz*

Uma das principais atribuições dos bancos centrais seria o controle do nível de liquidez na economia. Com o objetivo, ora de evitar que um excesso de recursos financeiros acessíveis a pessoas e empresas - papel moeda em poder do público, depósitos prontamente sacáveis no sistema bancário, ou crédito bancário - possa alimentar um suposto nível de demanda excessivo face à capacidade produtiva do país, provocando pressões inflacionárias. Alternativamente os BCs poderiam estar agindo em sentido contrário, facilitando recursos para estimular a economia.

Tradicionalmente os bancos centrais recorrem a três *instrumentos clássicos* para controle da liquidez: (a) **o aumento (ou redução) nos percentuais dos recolhimentos compulsórios dos bancos no banco central**; (b) **elevação (ou redução) das taxas de desconto** - juros cobrados nas linhas de crédito do banco central à disposição do sistema bancário; e (c) **operações de open market**, com o BCI vendendo ou comprando títulos de sua emissão. **Qualquer dessas ações tende a refletir no volume do crédito bancário, e consequentemente nas taxas de juros na economia.**

A política monetária tradicionalmente era orientada com o banco central observando a evolução de alguns conhecidos agregados monetários - M1, M2, M3 - que representam o vo-

lume do papel moeda em poder do público mais os depósitos à vista no sistema bancário (para o M1), agregando os depósitos de poupança, os depósitos à prazo, os títulos da dívida pública, nos demais conceitos. Variáveis intensamente festejadas no passado como relíquias, **e que nos anos 90 surpreendentemente passaram a ser descartadas como inúteis**, quando se concluiu que tais *medidores de liquidez* pouco refletiam da economia real; **incapazes, portanto, de assinalar riscos de pressões inflacionárias**. Foi como se descobrisse que as agulhas das bússolas giravam como birutas.

Aceitar tão chocante constatação foi cruel para aqueles que até então acreditavam seguir uma *verdade divina*; e a redes-

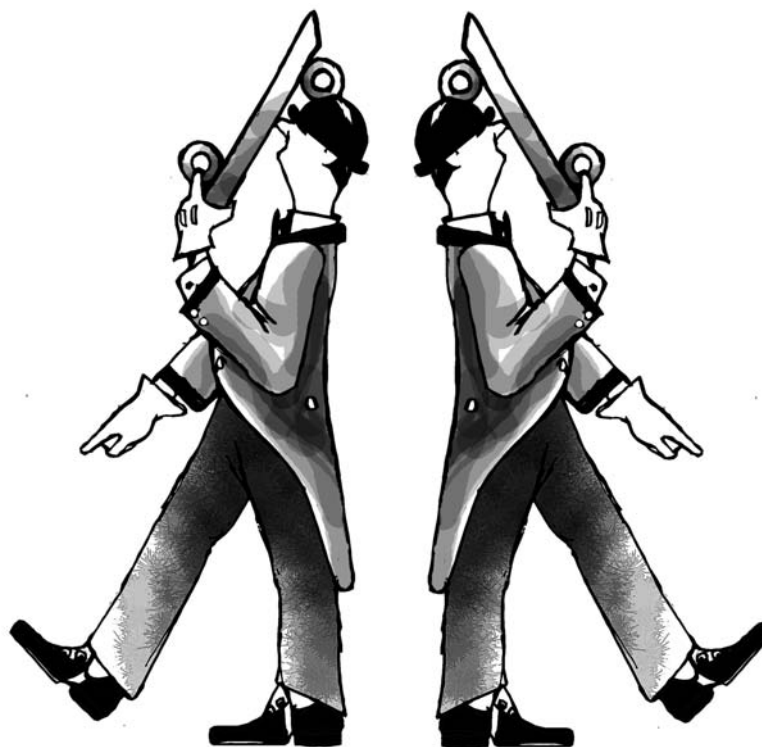
coberta se dava exatamente na sequência dos tempos de **Thatcher e Reagan, quando o liberalismo econômico renascia triunfante sobre as ondas da desregulamentação financeira; e o laissez-faire** - o abre alas que justificava enfraquecer os governos - *passava a ser trombeado na defesa da remoção de regras que balizavam os mercados financeiros, e da privatização das empresas controladas pelo Estado*. E foi com tais vistosas bandeiras que em inúmeros países, nas sombras da privatização, praticou-se uma vil rapinagem de bens públicos.

Os novos ventos de um liberalismo mais fisiológico que ideológico logo dariam lugar a um sentimento de temor, dado o crescimento explosivo e anár-

quico dos sistemas bancários nas economias centrais, pós-desregulamentação. Quando proliferaram exóticas operações onde o caráter especulativo, com perspectivas de ganhos fáceis dissociados do mundo da produção, do mundo do trabalho, faziam dos negócios financeiros algo que em outros tempos só os milagres bíblicos poderiam explicar.

Mas o chamado *mercado* - um poder enigmático que busca submeter os governos constituídos - **não se deu por vencido no afã de evitar que, no descompasso das crises que abalavam o mundo financeiro, os governantes recriassem regras para controlar, disciplinar, o seu funcionamento**. Daí a busca de formas que permitissem ao *mercado* continuar detendo o controle político das decisões que lhe afeta, **a fim de preservar as fontes infinitas de multiplicação de riquezas**. E o passo imediato foi a **defesa intransigente da autonomia dos bancos centrais, sob o argumento falacioso de que os governos se mostraram incapazes de controlar seus próprios gastos**, permitindo assim o avanço da inflação, como o comprovariam os fatos dos anos 70 e 80.

Não interessava discutir como os novos preços do petróleo e as explosivas taxas de juros pós-1973 impactaram os preços internacionais e as taxas de inflação nacionais. **Importante era desclassificar os governos, as instituições, para que os bancos centrais, como uma entidade superior, se apropriassem de um poder ilegítimo de**



tomar decisões que extravasam suas competências, que afetam a economia, o emprego, a renda e as condições de vida dos que vivem do trabalho. Pois juros maiores, a arma mortífera do arsenal monetarista, representa maiores custos financeiros no ciclo produtivo, e os reflexos da ação restritiva do banco central coloca todos na defensiva, fazendo com que o aumento dos ganhos financeiros seja compensado por perdas dos exportadores com a valorização cambial, e dos trabalhadores com o recuo nas rendas reais – única circunstância que evita que do aumento dos juros decorra apenas aumento da inflação.

O Modelo Brasileiro com a Taxa Selic

SELIC não é uma taxa de juros, mas apenas a sigla do Sistema Especial de Liquidação e Custódia. Constitui um sistema onde os títulos da dívida pública adquiridos por instituições financeiras ficam depositados (como meros registros, pois só existem na versão eletrônica), e transferidos de uns bancos para outros na medida em que sejam objeto de negociação. E a operação corriqueira entre bancos, ao final de cada dia, é a concessão, por aqueles que possuem excesso de caixa (depósitos em conta junto ao Banco Central), de empréstimos por um dia (*over-night*) para os bancos que precisavam de reforço de caixa após encerrados os serviços de compensação. Os bancos com sobras de caixa transferem parte de seus depósitos no BC para as contas dos bancos tomadores de empréstimos; e estes, como garantia, transferem títulos públicos que possuem depositados no sistema SELIC para os bancos emprestadores. Os que tomaram empréstimos pagam a seus financiadores uma

taxa de juros que tem por base a conhecida taxa SELIC – geralmente um pouco abaixo desta. E o Banco Central – por delegação o próprio Selic – olhando ao final da noite quais taxas foram praticadas em tais operações, decide que os títulos públicos (vinculados à Selic) serão remunerados naquele dia segundo a média dos juros praticados no financiamento interbancário.

A taxa SELIC é, portando, fruto de uma encenação, que mais lembra uma *ópera bufa*. O COPOM – um órgão interno do banco central criado, a exemplo de outros países, para dar uma forma solene, institucionalizada, a um processo de usurpação de poderes do executivo – se reúne periodicamente e resolve estabelecer uma determinada taxa de juros (SELIC) como sugestão aos bancos para a remuneração das operações interbancárias diárias, que financiam as insuficiências de caixa surgidas após levados à compensação bancária os cheques e outros saques e créditos que tenham surgido em favor e contra cada banco.

E que tem a ver a taxa SELIC com o controle da liquidez da economia, que seria o objetivo das decisões do Copom? Absolutamente nada tem a ver. Pois o controle de liquidez se faz com intervenções pontuais do banco central no mercado – através do compulsório, redesconto e *open market* (com títulos de curto prazo de emissão do próprio BC). Sendo completa aberração utilizar a Taxa Selic, que remunera diretamente parte da dívida pública, e indiretamente baliza a remuneração do global da dívida. E tanto a taxa Selic está divorciada da política monetária, que o BC utiliza para enxugar a liquidez a colocação de títulos federais via Operações com Compromisso de

Recompra; aliás, liquidez excessiva que, no altar do surrealismo, ele mesmo cria com a enxurrada de dólares que por ação e omissão atrai para ganhos especulativos. Mas se a taxa Selic é inócua para controlar a liquidez – e funciona apenas como forma de o BC reafirmar sua independência, tem, por outro lado, um efeito certo, instantâneo, mortal, que é o impacto sobre as despesas do Tesouro.

O esquema Selic faz parte de um conjunto de sofismas voltado para tornar o poder político refém do superpoder que o Banco Central se autoatribui. E que tem a meta de inflação – estabelecida arbitrariamente pelo BC – como um dos componentes principais da farsa. Pois basta o BC alegar que existem riscos de que a inflação não se enquadre nos limites que ele mesmo estabeleceu, para que o banco se diga obrigado a agir na defesa da moeda. Inibindo o Governo, anulando os ministérios da área econômica, elevando sem controle os encargos do Tesouro, e criando um clima de incerteza que atemoriza o setor produtivo. E, claro, provocando a euforia do mundo financeiro, e os aplausos de seus asseclas. O risível é que o BC se vangloria do pseudossucesso em controlar a inflação. Enquanto, em verdade, os preços vêm sendo contidos às custas da valorização cambial e dos salários – salvo alguns poucos anos (2004/2008) que o trator chinês puxou as economias, inclusive do Brasil, e salvou a todos. Essas âncoras, por outro lado, vêm travando as exportações e criando um rombo externo da ordem de um bilhão de dólares a cada semana.

Surpresa é que enquanto se discute que o aumento dos aposentados, como aprovado na Câmara, aumentará os gastos pre-

vistos em R\$ 600 milhões anuais, total é o silêncio para o fato de que o recente aumento da Taxa Selic (para 9,5%) – que tende a nivelar a remuneração dos demais títulos federais – trará um aumento mínimo de despesas de R\$ 15 bilhões anuais. Como também não se contestou que enquanto o BC/Copom agia alegando excesso de demanda, a produção industrial brasileira de março era igual à de junho de 2008, exatamente pela fraqueza das vendas pós-crise de 2008. Donde se pode perceber como os ares do liberalismo que já há duas décadas sufocam as instituições brasileiras consolidaram seu poder.

Não é estranho, portanto, que nas vésperas de eleições presidenciais vários candidatos venham reafirmando, em clara mensagem ao temido mercado, que a independência do banco central é tão sagrada quanto ao regime de metas de inflação, o câmbio flutuante, a liberdade de movimentação de capitais e os superávits primários – exatamente as pilastras que fazem do Brasil o paraíso da especulação financeira.

Laissez faire, laissez passer. Deixar Fazer, Deixar Passar. Não busque obstruir o “processo histórico” que sepulta, sem galas, sem sonatas de Beethoven ou Chopin, o Estado de Montesquieu. Há de se reconhecer a supremacia do Quarto Poder. E a forma melancólica como os governantes, os líderes, aqueles que deveriam comandar a resistência e reconstruir um projeto nacional, a ele se resignaram em busca de uma sobrevivência sem glórias. ☺

* Dércio Garcia Munhoz é economista formado pela UnB. Mestrado na USP/FIPE. Notório Saber (CFE/UnB-1988). Professor Titular do Departamento de Economia/UnB, até 1996. Foi presidente do Conselho Federal de Economia e do Conselho Nacional da Previdência Social. Membro do Conselho Consultivo do IPEA.

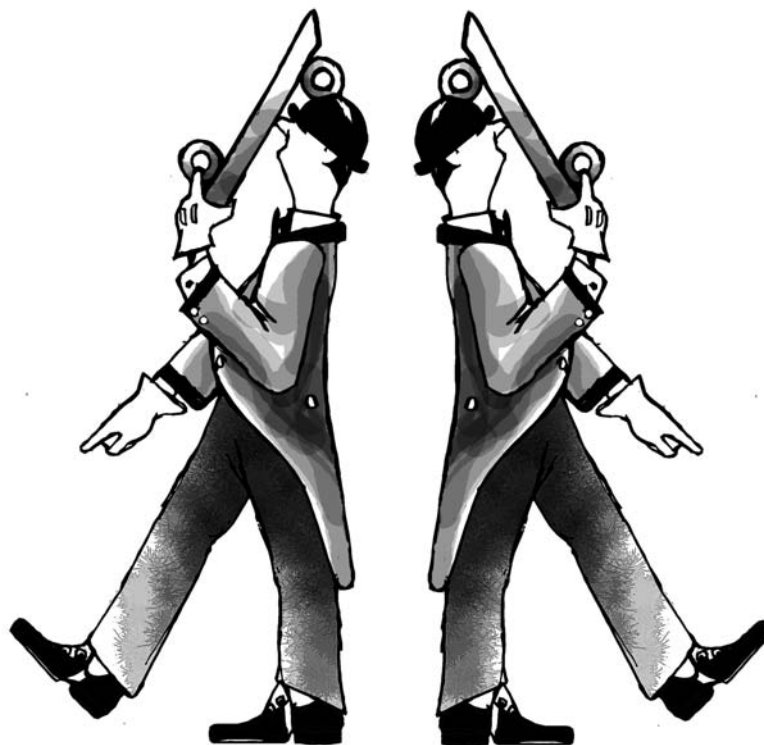
Parabéns ao Banco Central do Brasil

■ Márcio G. P. Garcia*

Com o Plano Real, o Banco Central do Brasil (BCB) passou a ter condições para perseguir os dois principais objetivos de um banco central: manter a estabilidade de preços e garantir a higidez do sistema financeiro. Tais objetivos constituíram condições indispensáveis para que o Brasil pudesse voltar à trilha do tão sonhado crescimento sustentado, da qual havíamos nos afastado no final dos anos 70, justamente quando se acelerou o descontrole inflacionário.

No início do Plano Real, o BCB teve que lidar simultaneamente com graves ameaças aos seus dois objetivos principais. Ao mesmo tempo em que precisava continuar a reduzir a inflação e consolidar as expectativas de que a hiperinflação não retornaria, ao contrário dos vários planos malogrados anteriores, a falência de vários bancos privados e a péssima situação da grande maioria dos bancos estaduais punha em risco o sistema financeiro nacional. Os então tão atacados PROER e PROES constituíram a base para o saneamento do nosso sistema financeiro, permitindo, entre outras vantagens, que nosso sistema financeiro passasse muito bem pela recente crise internacional.

A partir de 1999, com a flutuação cambial, o BCB foi incumbido de gerir o sistema de metas para inflação. Tal sistema sofreu um rigoroso teste de estresse em 2002, tendo apresentado bom resultado: não só a inflação não saiu de controle, embora tenha se elevado por um período, como não houve quebra de bancos.



A partir de 2003, a atuação do BCB passou a ganhar maior legitimidade institucional. A manutenção pelo governo Lula do sistema de metas para inflação, ao lado dos outros dois componentes do tripé de estabilidade macroeconômica—geração de superávits primários que estabilizassem a razão dívida/PIB e a flutuação cambial—, conferiu às ações do BCB credibilidade em longo prazo. Desde então, passou-se a confiar que, independentemente de qual partido político esteja no poder, as conquistas do Plano Real não serão colocadas em risco por políticas econômicas inconsistentes. Não se chegou, infelizmente, a dar o último passo, conferindo-se autonomia operacional *de jure*, e não só *de facto*, ao BCB para conduzir a missão dada pelo sistema de metas para inflação.

A crise financeira internacio-

nal iniciada em 2007, mas que só nos atingiu fortemente a partir de setembro de 2008, mostrou novamente a força do sistema de metas para inflação. O sistema financeiro não sofreu graves abalos, o crédito continuou a fluir, a inflação não saiu do controle e, pela primeira vez, o BCB pôde fazer política monetária contracíclica, cortando a taxa Selic em cinco pontos percentuais. Aliada à expansão fiscal, que incluiu tanto medidas contracíclicas quanto aumento de gastos permanentes, a condução do BCB do sistema de metas para inflação permitiu que o Brasil passasse bastante bem pela crise.

A política monetária brasileira desde 2003, portanto, tem exibido as características das políticas monetárias “normais”, subindo juros quando a absorção interna (demanda) cresce muito além do PIB (oferta),

e deixando cair quando ocorre o contrário. A crise recente mostrou que não temos mais os movimentos de elevação de juros causados por fugas de capitais que paralisaram a economia até 2002. Isto é muito bom, pois fortalece sobremaneira a base do crescimento brasileiro. Basta observar o que ocorre hoje com a Grécia para avaliar quanto grande foi nossa evolução.

Tratando-se de prática sujeita a inúmeras incertezas, as decisões do COPOM sempre são passíveis de críticas pontuais. Mas o julgamento relevante tem que levar em conta o conjunto da obra. Estamos hoje no terceiro ciclo de aperto monetário desde 2003. É justamente nesses ciclos que o BCB sofre as mais severas críticas. Parte das críticas advém da necessidade que qualquer banco central tem de tentar se antecipar à alta da inflação. No dizer do mais longo presidente do FED, é função do banco central retirar a bebida precisamente quando a festa começa a esquentar. Se o banco central esperar que a inflação se instale para só então subir juros, imporá custos desnecessariamente elevados à sociedade, pois reduzir a inflação é muito mais custoso, em termos de produto e emprego, do que prevenir. Se bem sucedido em evitar a alta da inflação, os críticos sempre poderão alegar que a alta dos juros não teria sido necessária, porque, afinal, a inflação não saiu de controle.

Outra crítica advém da comparação das taxas de juros reais brasileiras com as de outros países. Como a taxa de juros brasileira é anormalmente eleva-

da para padrões internacionais, os críticos da política monetária brasileira com frequência invocam comparações com outros países para demonstrar os alegados erros do BCB. O problema central com tais críticas é que elas não conseguem dar conta do fato de que, se as altas taxas de juros vigentes no Brasil fossem de fato exageradamente elevadas, estas deveriam produzir recessão e taxas de inflação muito baixas, o que não ocorreu durante os dois primeiros ciclos de aperto monetário, nem está ocorrendo agora, muito pelo contrário. O caso é semelhante ao de um médico que se vê obrigado a administrar doses anormalmente elevadas de um medicamento para evitar a morte do paciente. Embora ele saiba que há efeitos colaterais nocivos, deixar o paciente morrer é sempre pior.

O importante é entender por que, no Brasil, condições monetárias e creditícias extremamente restritivas, caracterizadas não só por juros reais muito altos, mas também por depósitos compulsórios e spreads bancários igualmente elevados, produzem re-



sultados nada excepcionais (em termos de comparações com outros países) no *front* inflacionário. Meu principal suspeito é a política fiscal, sempre expansionista no Brasil, com raras e efêmeras exceções. Mas a pesquisa macroeconômica aplicada precisa ainda destrinchar melhor os mecanismos detalhados pelos quais isso ocorre.


Do ponto de vista prático, seria uma temeridade o BCB passar a praticar, repentinamente, taxas de juros mais reduzidas confiando apenas que o padrão internacional deveria vigorar no Brasil. As taxas reais de juros têm declinado ao longo dos anos, ainda que devagar, e o BCB deve continuar conduzindo com cautela o processo para não pôr

em risco a estabilização inflacionária obtida a tão duras penas.

É claro que reduzir o nível dos juros reais no Brasil deve ser um objetivo da política econômica. Para tal fim, é fundamental reajustar o mix de políticas macroeconômicas, apertando a política fiscal, para poder afrouxar a política monetária. A contração fiscal ajudaria a política monetária em várias frentes. Ao diminuir a expansão da demanda agregada, permitiria juros reais mais baixos. Menores déficits públicos teriam impacto benéfico sobre a dívida pública. O menor crescimento da dívida pública, aliado a taxas de juros mais reduzidas, diminuiria a elevada carga de juros.

Em 2005, a tentativa dos Ministros da Fazenda e do Planejamento de introduzir um plano em longo prazo de diminuição do crescimento dos gastos públicos, de forma a fazer “os gastos caberem no PIB”, foi torpedeada como rudimento pela Ministra-Chefe da Casa Civil. A partir daí o relaxamento fiscal foi crescente, culminando com a grande expansão durante a crise. Dado que boa

parte dela ocorreu baseada em gastos permanentes, a expansão fiscal já está contratada para os anos futuros. Isso torna ainda mais premente a retomada de um plano que limite o aumento dos gastos públicos. O caso atual da Grécia e de outros países europeus mostra que descontrole fiscal pode causar graves crises, mesmo em países que tiveram posição privilegiada.

Tendo despendido tanto esforço para domar a hiperinflação e retomar o crescimento sustentado, não convém voltar à situação de convivência com crises frequentes. Para evitar tal risco, o foco deve estar na alteração da política fiscal, bem como na retomada da agenda de reformas estruturais que podem aumentar a produtividade da economia brasileira. A política monetária, competentemente conduzida pelo BCB, pode e deve ser aprimorada, mas vai muito bem obrigado e merece parabéns. 

* Márcio Gomes Pinto Garcia, 50, é Ph.D. por Stanford, mestre pela PUC-Rio, engenheiro de produção (UFRJ), professor do Departamento de Economia da PUC-Rio e pesquisador do CNPq. Torce pelo campeão carioca.

agenda de cursos

MAIO

ECONOMIA PARA CONCURSOS: teoria e exercícios. 24 de maio a 30 de agosto, segundas-feiras, das 14h45 às 17h30. Professor Carlos Maximiliano do Rêgo Monteiro

JUNHO

MATEMÁTICA: revisão intensiva para a prova da ANPEC. 2 de junho a 22 de setembro, quartas-feiras, das 14h às 16h40. Professor André Gaglianone Kasprzykowski

JULHO

ECONOMIA E CONTABILIDADE AMBIENTAL: 19 a 23 de julho – todos os dias – de 18h45 às 21h50. Professora Claudia Lucia Bisaggio Soares

AGOSTO

ECONOMIA MARXIANA: 4 de agosto a 15 de dezembro, quartas-feiras, de 19h às 21h40. Professor João Leonardo Medeiros

TEORIA DOS JOGOS: 12 de agosto a 14 de outubro, de 18h45 às 21h30. Professor Ronaldo Fiani

OUTUBRO

CONSTRUÇÃO DE CARTEIRAS DE TÍTULOS e avaliação de risco de mercado: modelos em Excel. 7 de outubro a 9 de dezembro – das 19h às 21h45 – às quintas-feiras. Professor: Eduardo de Sá Fortes Leitão Rodrigues

Saiba as informações completas sobre os cursos visitando a página www.economistas.org.br. A Secretaria de cursos funciona no horário de 10h às 20h, no 16º andar da Av. Rio Branco, 109. Excepcionalmente até o dia 26 de maio o horário de atendimento é das 13h às 20h.

XX Prêmio Anual de Monografia Economista Celso Furtado - 2010
Inscrições até 21 de junho - Confira o regulamento em www.economistas.org.br

“O que o STF fez quando decidiu que torturador foi anistiado porque tortura é crime político? Chancelou a tortura, que continua acontecendo no Brasil”.

Enquanto instituições e homens públicos outrora referenciais na luta pelos Direitos Humanos curvam-se à lógica covarde de um pacto silencioso de governabilidade, a OAB/RJ promoveu duas ações corajosas para esclarecer os crimes de lesa-humanidade ocorridos durante a ditadura militar.

Uma destas iniciativas, uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), feita pela OAB Nacional, foi abortada em 30 de abril por decisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal, fato que o presidente da OAB/RJ, Wadih Damous, classificou nesta entrevista exclusiva ao JE como um dos piores momentos do STF. Esta decisão repercutiu na Corte de Direitos Humanos da OEA, na Costa Rica.

A outra ação é a Campanha pela Memória e pela Verdade, em defesa da abertura dos arquivos da repressão política durante a ditadura, lançada em 16 de abril. A campanha ganhou ampla repercussão nacional com a veiculação na TV dos depoimentos dos atores Fernanda Montenegro, Glória Pires, Osmar Prado, José Mayer, Eliane Gardini e Mauro Mendonça. Eles gravaram gratuitamente participações, nas quais vivem os desaparecidos políticos Sonia Angel, Eleni Guariba, Maurício Grabois, David Capistrano, Ana Rosa Kucinski e Fernando Santa Cruz, respectivamente. A emissora de TV aberta líder de audiência, TV Globo, assim como canais pa-

gos da Globosat, a TV Brasil, a TV Senado, a TV Comunitária e a MTV veicularam gratuitamente os filmes com os depoimentos. O mote da campanha -- "será que essa tortura nunca vai acabar?" -- está estampado também em painéis na fachada e na lateral da sede da OAB/RJ.

A campanha, apoiada pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, organiza ainda um abaixo-assinado, que posteriormente será encaminhado a autoridades do Executivo e do Legislativo, em apoio à abertura dos arquivos. Na internet, no portal da Seccional (www.oab-rj.org.br), há um link para a assinatura do manifesto em defesa da abertura dos arquivos.

"Além de ser um direito das famílias saber o que aconteceu com seus filhos, pais, maridos e mulheres, é também preciso que as novas gerações tenham acesso aos episódios que marcaram o nosso passado, para que o arbítrio não tenha futuro no Brasil", afirma Wadih.

P: Em primeiro lugar, por que a campanha? Por que essa idéia surgiu na OAB?

R: Tem dois motivos. Um estrutural, histórico, permanen-

te, que é o fato de essa página não ter sido virada aqui no Brasil. Cada vez que eu ouço uma notícia da Argentina, um dos ditadores foi preso, condenado, punido. Eu estive em Buenos Aires há dois meses e vi como a TV pública argentina trata isso. Aqueles voos em que os presos eram jogados no Rio da Prata, a TV publica dá o nome do piloto, o número do voo, o dia em que aconteceu. O nível da discussão política em que isso se encontra na Argentina, enquanto aqui no Brasil o Ministério da Defesa bate continência para chefe militar.

Então, tem esse motivo permanente: é uma página que não foi virada na história do Brasil, que se tenta jogar pra debaixo do tapete. Agora, teve um motivo imediato, que foi a tentativa de emparedamento do Presidente da República pelos chefes militares e pelo Ministro da Defesa no episódio do Plano dos Direitos Humanos do ministro Vanucci. Foi aí que eu tomei a decisão política de organizar essa campanha, quase que num acesso de raiva.

P: Em que medida a campanha se coaduna com a ação proposta pela OAB nacional, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)?

R: As duas questões têm autonomia. Ainda que o Supremo Tribunal Federal entenda que a anistia abrangue os torturadores, isso não implica que não se tenha o conhecimento dos fa-



tos, da memória e da verdade. Ao mesmo tempo em que estas duas questões têm uma identidade, uma não depende da outra, e nós vamos continuar com a nossa campanha.

P: No seu voto, o Ministro Eros Grau evoca a conjuntura política de 1979 e caracteriza que a Lei da Anistia foi um acordo político e que de certa forma foi consensual. Foi a maneira que se encontrou na época de se superar um momento difícil. Segundo ele, “os subversivos obtiveram a anistia à custa dessa amplitude; era ceder e sobreviver ou não ceder e continuar a viver em angústia”. A interpretação do Ministro me pareceu muito pragmática para um ministro da Suprema Corte. Qual

a sua posição sobre o voto do Ministro?

R: Acho lamentável. No meu ponto de vista, é um dos piores momentos do STF. O ministro distorceu a interpretação dos fatos. No seu longo e cansativo voto, ele deu a impressão de que o movimento de rua pela anistia ampla, geral e irrestrita abrangia torturadores. Como se nós tivéssemos ido pra rua pra dar anistia a torturadores. Isso foi uma vergonha.

A anistia foi feita pra abranger o que na época se chamava de “crimes de sangue”, e não torturadores. O que a OAB procurou no STF foi que o tribunal interpretasse a lei no sentido de que ela não abrangia torturadores. Eu não sei em que estado emocional o ministro Eros Grau estava quando elaborou seu voto, mas eu não vejo a possibilidade de ter havido um acordo com uma das partes com um 38 na cabeça da outra. Um acordo pressupõe um mínimo de igualdade jurídica entre as partes. Não há possibilidade de acordo entre encarcerados e carcereiros, entre torturadores e

torturados. O voto do Ministro Eros Grau, principalmente para aqueles que foram torturados, foi uma segunda tortura.

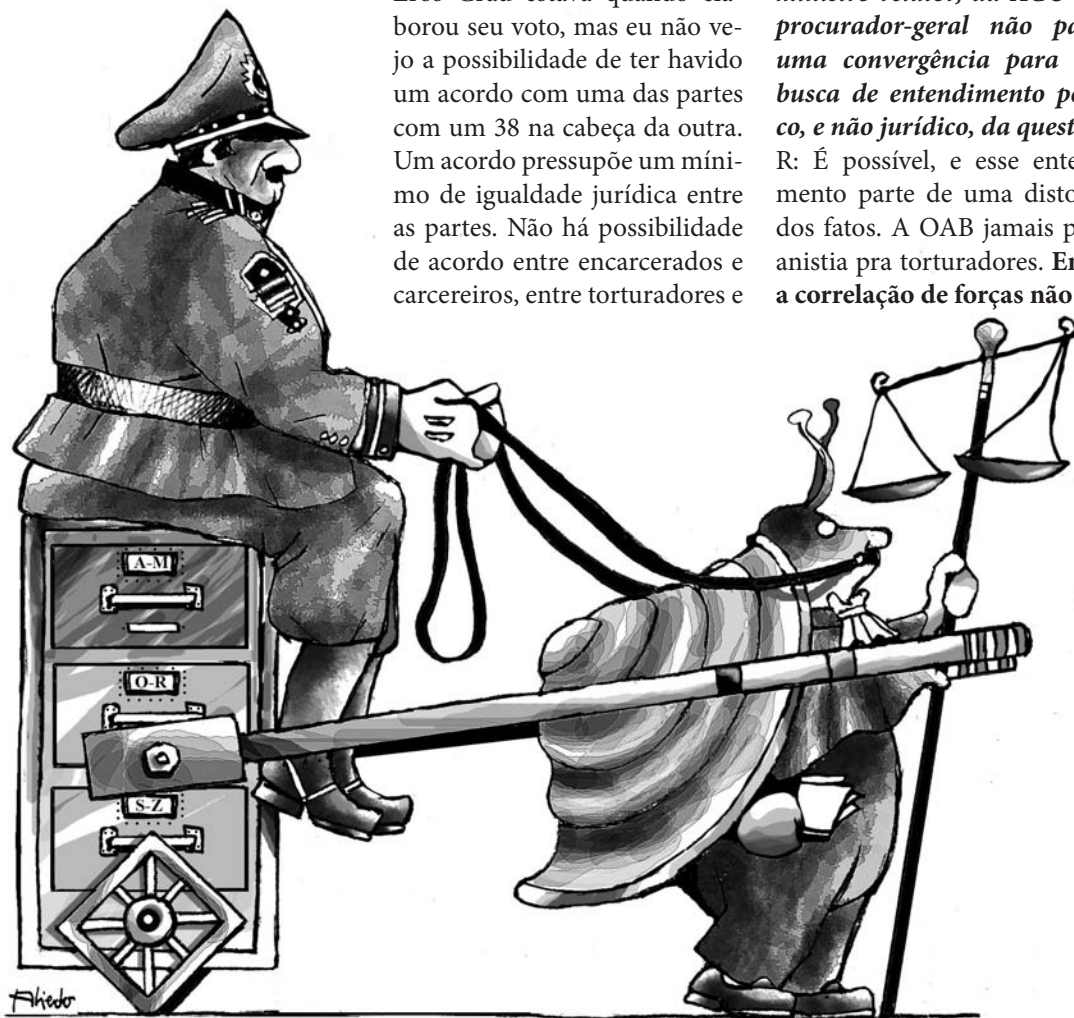
P: Esse ponto de vista do ministro relator guarda certa semelhança com o do Advogado Geral da União, que envolve a OAB nesse processo ao lembrar que a OAB participou da luta pela anistia. O Roberto Gurgel, Procurador-Geral da República, afirmou que todos sabemos o papel da OAB na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, também se posicionando a respeito dessa amplitude da Lei da Anistia, que poderia inclusive abranger agentes do Estado que nunca foram submetidos a julgamento. Essa semelhança das opiniões do ministro relator, da AGU e do procurador-geral não parece uma convergência para uma busca de entendimento político, e não jurídico, da questão?

R: É possível, e esse entendimento parte de uma distorção dos fatos. A OAB jamais pediu anistia pra torturadores. **Em 79 a correlação de forças não per-**

mitia que a Lei da Anistia fosse mais adiante, mas daí a dizer que a OAB se rendeu e pediu anistia pra torturador? Isso é mentira, isso merece a repulsa da OAB e de todos os que lutaram pela anistia. Eu participei da campanha da anistia como líder estudantil; ninguém ia pra rua pra defender torturador. O Brasil vai ficar muito mal nesses organismos internacionais, porque nós vamos levar esse julgamento aos organismos internacionais e dizer que no Brasil se anistiou torturadores.

P: Você já citou que em outros países da América do Sul que passaram por processos ditatoriais a apuração da verdade e a abertura de arquivos têm sido muito mais eficazes. Em alguns desses países houve leis de anistia promulgadas dentro de uma estrutura política adversa a uma busca ampla pela verdade, e essas leis foram depois revisadas. Você pode exemplificar isso?

R: A Argentina, no meu ponto de vista, teve o processo mais elucidativo e o que mais gera bons exemplos. Quando a ditadura caiu e assumiu o presidente Alfonsín, estabeleceu-se a comissão da verdade, que levou a julgamento os chefes militares mais carniceiros. Posteriormente, quando assumiu Carlos Menem, se editou a lei do ponto final e a lei da obediência devida, segundo a qual os que executaram ordens superiores não poderiam ser responsabilizados. Quando o Presidente Kirchner assumiu, essas leis foram revogadas. Nomeou-se uma nova Suprema Corte e hoje nós vemos na Argentina os arquivos abertos e os torturadores sendo julgados e condenados.



A Argentina já está muito além. Esse direito à memória e à justiça já foi conquistado, e hoje o país está no estágio de resgatar os projetos políticos desses militantes, de mostrar à sociedade que eles não eram um bando de adolescentes irresponsáveis que assaltavam bancos, mas que tinham um projeto político com o qual você pode concordar ou discordar.

Com toda sinceridade, eu não acredito que no Brasil nós possamos chegar a esse estágio, por causa da falta de mobilização, das nossas instituições, da Suprema Corte que nós temos, que chancelou essa vergonha. No Brasil nós estamos aquém do nível de organização argentino.

P: E a firmeza e determinação dos políticos, não têm um papel nisso? O Presidente Lula me parece muito “imparcial”, por assim dizer, nesse processo, assim como outras lideranças. Me parece que as lideranças políticas civis, ainda que tenham retomado a hegemonia do processo político no Brasil, ainda guardam um reverência excessiva em relação aos comandos militares. Você acha que isso também é um fator que nos impede de ir fundo nessa questão?

R: Sem dúvida, e é um fator quase que determinante, conjugado com outros, como a falta de mobilização. Quem controla o passado, controla o presente. Então, quando nós procuramos interpretar o passado, é para que o presente seja moldado de modo a superar o passado. Então no Brasil, o STF está ajudando a vivermos num eterno passado – o que passou, passou, a Lei de Anistia abrangeu todo mundo, não se fala mais nesse assunto. E quem tenta mexer nisso, reinterpretar o passado, é acusado de revanchismo.

Toda ditadura não tem só um aparato repressivo, tem também um aparato publicitário, pra contar a história dos vencedores, que deve prevalecer a todo custo. O que nós estamos tentando fazer é furar esse cerco, é jogar luz sobre o passado, e com olhos no presente. O que o STF fez quando decidiu que torturador foi anistiado porque tortura é crime político? Chancelou a tortura, que continua acontecendo no Brasil. O que nós vemos todo dia no Brasil é que os pobres favelados continuam presos no Brasil, torturados nas delegacias e presídios. A nossa campanha não é só uma reverência à justiça; nós estamos com os olhos no presente, porque o nosso presente não superou esse processo. Tortura e desaparecimento continuam sendo instrumentos de repressão do Estado brasileiro, não na luta política, mas contra os criminosos comuns.

P: Parece que a chave para estender a Lei da Anistia de 79 aos torturadores é a história dos crimes conexos. Porém, nunca houve, pelo menos que a gente saiba, julgamento e eventual condenação de algum brasileiro acusado de tortura no desempenho de funções de agente do Estado na época do regime. Além disso, a idéia dos crimes conexos no âmbito da anistia política parece estar relacionada a crimes comuns cometidos em função de uma inspiração política. Em que medida, tecnicamente, se pode enquadrar torturadores como beneficiários dos crimes conexos?

R: Se concordamos com o voto do ministro Eros Grau, estaremos dizendo que a tortura foi utilizada com objetivo político. Havia prisioneiros políticos, o Estado repressivo precisava de



informações, que só puderam ser obtidas mediante tortura.

P: Isso não fere vários tratados internacionais?

R: Fere qualquer coisa decente que você possa imaginar. E há o estupro: **não se pode imaginar que a decisão de um torturador de estuprar uma prisioneira política ou cometer atentado violento ao pudor contra um prisioneiro político possa ter tido uma inspiração política.** É o que o Ministro Eros Grau disse em seu voto. Esses não são crimes conexos, são crimes comuns, de lesa-humanidade, mas não é esse o entendimento do STF. Em nenhum lugar do mundo se considera tortura, estupro, sequestro de bebês, como crime conexo. Tudo isso deveria ser observado caso a caso.

P: Você mencionou que a OAB poderia recorrer a fóruns internacionais. Que tipo de fórum, e a que tipo de sanção, considerando que o Brasil é signatário de tratados internacionais, nós poderíamos estar sujeitos?

R: Recorrer aí tem duplo sentido: um é o de recurso, o que não é o caso, porque é uma decisão soberana de um dos poderes constituídos no Brasil, e nós

vamos ter que acatar e respeitar. Eu usei o termo recurso mais no sentido de denúncia, de protesto – levar ao conhecimento dos órgãos internacionais e dizer em que estágio nós ainda estamos aqui no Brasil, com uma Suprema Corte que declara que quem estuprou e torturou está anistiado. Nós temos que dar essa triste notícia ao mundo, mas não há mais nenhum recurso. Não há nada que se possa fazer. O Supremo decidiu, está decidido.

Aliás, o Supremo teve, pelo ponto de vista de exemplos individuais, exemplos bem melhores, como Evandro Lins e Silva, Vitor Nunes Leal, e alguns outros ministros que não se curvaram na época da ditadura.

P: Os militares, durante muitos anos, negaram peremptoriamente a existência de tortura. Mais recentemente, alguns militares admitem a existência da tortura, como é o caso do General Leônidas Pires Gonçalves, mas como ações isoladas, extemporâneas e próprias do que ele caracterizou como uma guerra, em que sempre há excessos de ambos os lados. Como você vê o caso desses militares que se recusam a admitir fatos que já foram amplamente divulgados?

R: Tortura no Brasil foi uma política de Estado. Não foram momentos de raiva. Foi um dos instrumentos de estratégia de combate aos grupos que se opunham à ditadura. Isso remete àquilo de se controlar o passado para controlar o presente. Hoje, esses generais aposentados, de pijama, ficam reafirmando que tortura foi um fato isolado, que fazia parte de uma guerra, e por isso se justificava.

Agora, o que eu não sei é por que as novas gerações de

militares, que não têm nada a ver com o que aconteceu naquela época, acobertam, não aceitam discutir o assunto. Eu não consigo entender esse comportamento. Moralmente, as forças armadas saíram derrotadas desse episódio. A imagem que se tem do exército brasileiro não é daquela que salva criança no Haiti, é de um exército que torturou e matou.

P: O objetivo da campanha da OAB é a abertura dos arquivos, e o problema mais importante é o paradeiro dos desaparecidos?

R: O Arquivo Nacional me convidou pra ver os arquivos. Segundo o Professor Carlos Fico, muitos arquivos já estão abertos, mas o que a gente quer saber é o que aconteceu, quando aconteceu, onde os corpos estão enterrados, e isso não vai estar lá.

P: Entre o Serra e a Dilma, quem você acha que pode avançar mais nesse campo?

R: Eu percebo uma acomodação dessas pessoas. Acho que eles fazem parte desse grande pacto no sentido de que essa página já foi virada. Tomara que eu

me surpreenda favoravelmente, mas eu não acho que nem um nem outro vão avançar.

P: Esse acomodamento das lideranças civis frente a essa realidade também tem a ver com a maneira que se achou de se indenizar as vítimas do Estado brasileiro? Em que medida o processo indenizatório influenciou?

R: Muitos dos que receberam indenização continuam cobrando os esclarecimentos. Acho que é mesmo uma questão ideológica, da prevalência do pragmatismo de quem che-

gou ao poder e não quer ser contaminado por questões do passado e que não colaboram para que se exerça o governo de maneira mais tranquila.

E também tem o grau da repressão aqui no Brasil. A gente não pode negar que uma coisa são os 30 mil desaparecidos da Argentina. Um morto já basta, moralmente, mas claro que isso tem a ver com o grau de mobilização. Na Argentina há acampamentos permanentes em frente à Casa Rosada. Aqui você não consegue montar na Cinelândia um acampamento permanente. ☹

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (EM R\$)					
REFERÊNCIAS	JAN A MAR/09	JAN A MAR/10	REFERÊNCIAS	JAN A MAR/09	JAN A MAR/10
ATIVO FINANCEIRO	4.651.946,51	5.190.475,88	PASSIVO FINANCEIRO	539.571,23	301.374,53
DISPONÍVEL	529.105,12	557.186,86	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	-	
DISPONÍVEL VINCULADO A C/C BANCARIA	4.001.792,51	4.499.587,69	CONSIGNAÇÕES	6.134,32	6.051,99
REALIZÁVEL	83.648,34	96.300,79	CREDORES DA ENTIDADE	-	
RESULTADO PENDENTE	37.400,54	37.400,54	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	533.436,91	295.322,54
ATIVO PERMANENTE	15.728.334,07	14.411.286,52	RESULTADO PENDENTE	400,00	-
BENS PATRIMONIAIS	1.475.769,34	1.480.978,37	DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	400,00	
VALORES	1.117,64	1.117,64	PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)	19.840.309,35	19.300.387,87
CRÉDITOS	14.251.447,09	12.929.190,51			
TOTAL GERAL	20.380.280,58	19.601.762,40	TOTAL GERAL	20.380.280,58	19.601.762,40

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS

REFERÊNCIAS	PERÍODOS EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIAÇÕES	
	JAN A MAR/09	JAN A MAR/10		(EM R\$)	(EM %)
RECEITAS			RECEITAS		
ANUIDADES	2.341.588,70	2.250.611,15	ANUIDADES	(90.977,55)	-3,9
PATRIMONIAL	57.145,26	54.488,44	PATRIMONIAL	(2.656,82)	-4,6
SERVIÇOS	36.175,85	34.236,81	SERVIÇOS	(1.939,04)	-5,4
MULTAS E JUROS DE MORA	-		MULTAS E JUROS DE MORA	-	-
DÍVIDA ATIVA	146.723,09	124.685,70	DÍVIDA ATIVA	(22.037,39)	-15,0
DIVERSAS	119.546,07	187.892,06	DIVERSAS	68.345,99	57,2
TOTAL GERAL	2.701.178,97	2.651.914,16	TOTAL GERAL	(49.264,81)	-1,8
DESPESAS			DESPESAS		
DE CUSTEIO	637.583,64	645.164,50	DE CUSTEIO	7.580,86	1,2
PESSOAL	331.153,76	351.678,70	PESSOAL	20.524,94	6,2
MATERIAL DE CONSUMO	14.328,95	8.533,23	MATERIAL DE CONSUMO	(5.795,72)	-40,4
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	292.100,93	284.952,57	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	(7.148,36)	-2,4
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	511.202,78	488.616,35	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	(22.586,43)	-4,4
DESPESAS DE CAPITAL	2.382,52	4.569,74	DESPESAS DE CAPITAL	2.187,22	91,8
TOTAL GERAL	1.151.168,94	1.138.350,59	TOTAL GERAL	(12.818,35)	-1,1
RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	1.550.010,03	1.513.563,57	RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	(36.446,46)	-2,4

Economia e vida

■ Ir. Delci Franzen*
Ivo Poletto*

Este é o tema da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2010. E de imediato, justifica-se a pergunta: por que comunidades reunidas no Conselho Nacional de Igrejas Cristãs se põem a debater sobre economia? Seria este um tema religioso e, portanto, próprio de comunidades cristãs? Ou estariam elas indo além dos que lhes compete?

O que é próprio destas comunidades é buscar as melhores formas de serem seguidoras de Jesus Cristo; cabe-lhes ser testemunhas da sua vida e da sua palavra. E o modo de ser religioso de Jesus é perturbador. Ele separava tempos pa-

ra dialogar com Deus, e pediu aos seus amigos e amigas que o seguissem que orassem sempre, confiando ao Pai a sua vida. Ao mesmo tempo, porém, o breve tempo de sua vida pública foi uma demonstração do que ele sugeriu, pouco tempo antes de ser preso, julgado e con-

denado como um blasfemador e um subversivo: *amem-se uns aos outros como eu amo a vocês... Porque ninguém tem amor maior do que aquele que dá sua vida pelas pessoas que ama* – (Jó 15,12-13).

Quem ama de forma libertadora as pessoas,

ama a Deus e anuncia o mundo desejado por ele para todas as pessoas, o seu Reino. Quem não ama as pessoas, a começar das mais frágeis e marginalizadas, mente ao dizer que ama a Deus.

Este é o fundamento do lema desta Campanha da Fraternidade Ecumênica: *vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro* – (MT 6,24). Quem serve ao dinheiro, busca riqueza e poder para si; não liga para os direitos e necessidades das demais pessoas; aproveita ou cria oportunidades para explorá-las; ama-se, mas não ama as outras pessoas como a si mesmo, não faz delas o seu próximo. Por isso, não ama a Deus, não serve à sua causa. E para nada servirá ficar repetindo *Senhor, Senhor!*, pois não faz a vontade de Deus.

Bem compreendida, a mensagem religiosa de Jesus tem tudo a ver com a economia: se ela serve à vida, estará no rumo desejado por Deus e será uma forma de louvá-lo todo o tempo; se ela, ao contrário, sacrifica a vida em favor da riqueza e do poder de poucos, afasta-se e opõe-se ao que Deus deseja para a humanidade, para todos os seres vivos e para a própria Terra.

Cabe às comunidades de seguidores e seguidoras de Jesus assumir a missão profética de Jesus nos dias de hoje: **profecia de anúncio**, promovendo mudanças na vida das pessoas, das comunidades, dos povos, e tornando públicas estas obras



humanas que vão construindo o que é bom para a humanidade e agrada a Deus; **profecia de denúncia**, enfrentando e tornando público tudo que é fonte de injustiça e impede que a humanidade tenha vida digna e feliz na Terra.

A economia atual serve à vida?

A resposta não é simples. Na verdade, convivem entre nós e em todo o Planeta diversos tipos de economia. Será que todas perseguem o objetivo de estar a serviço da vida?

Como é pelos frutos que se conhece a árvore, uma economia que cresce e se expande permanentemente e, mesmo assim, faz aumentar o número de pobres e miseráveis não pode ser uma economia eticamente aceitável. De fato, tudo que se vê e se compreende com o estudo crítico da economia capitalista indica que ela produz para realizar seus próprios objetivos, e não para que as pessoas e a humanidade vivam melhor. Ela chega a criar necessidades, para que as pessoas, iludidas, compreem o que é melhor para o lucro das empresas.

Esta é, então, uma economia que serve ao dinheiro, ao lucro sempre crescente, ao poder da riqueza cada vez mais concentrada. Assentada sobre leis humanas que defendem a livre iniciativa de apropriação de tudo o que o dinheiro pode comprar como propriedade privada, essa economia leva à existência de ricos cada vez mais ricos e de pobres cada vez mais pobres; leva, ao mesmo tempo, a muitas insatisfações, frustrações, revoltas, busca desesperada do mínimo necessário para não morrer.

Junto com tudo isso, toma-se consciência cada dia mais

segura de que essa economia promove um consumismo que coloca a Terra em desequilíbrio. Já foi ultrapassada em um terço a capacidade da Terra de repor o que é extraído dela para a produção voltada para o consumo; a aceleração constante de emissão de gases de efeito estufa está aquecendo o Planeta e coloca em risco a sociobiodiversidade já nas próximas décadas. Isso indica que essa economia promove um egoísmo tão radical que chega às raízes da indiferença absoluta em relação à vida.

Por uma economia a serviço da vida

A economia não pode ser reduzida à justificativa e gestão das empresas e da política econômica capitalistas. Se entendermos e buscarmos a economia como “gestão da casa”, isto é como a organização coletiva para produzir o que precisam para Bem Viver os que moram nela – na Terra, e nela, num país, num bioma, num povo, numa comunidade, numa família –, então continua aberta a possibilidade de construir novas formas de economia.

No Oriente e no Ocidente existem outras formas de economia. Na América Latina, práticas de economia de povos indígenas, que convivem há milênios num mesmo território sem destruí-lo, já estão até institucionalizadas em Constituições de Estado. Elas se orientam pelo objetivo da conquista e garantia do Bem Viver – a vida digna das pessoas de cada povo junto com todos os seres vivos da Terra. São anticapitalistas, pois não aceitam a propriedade privada, a concentração da riqueza, a exploração da Mãe Terra, a quem chamam Pachamama; não aceitam, co-

erentemente, que o Estado esteja a serviço dos setores capitalistas. Não são, segundo seus líderes, comunistas, já que para eles o essencial é viver em comunidades, coordenadas por gente que sabe “governar obedecendo”, em que, por isso, todos participam. Em resumo, sua prática e, agora, sua proposta de política econômica, apresentam outro modo de conceber a produção e o consumo, tudo centrado na renovação da vida humana e da Terra.

Da mesma forma, multiplicam-se diversificadas formas de “economia solidária” em todas as partes do Planeta. Iniciativas em processo, por conviverem, opondo-se e questionando, com sociedades predominantemente capitalistas; mas, ao mesmo tempo, iniciativas “alternativas” à prática dominante, assentadas em valores essenciais ao Bem Viver, como a cooperação, a solidariedade, a transparência, a participação igualitária. Quem decide lutar por economias que sirvam à vida tem aqui um campo de criatividade que merece ser valorizado, estudado, promovido.

Por outro lado, o desenvolvimento de tecnologias de reciclagem do lixo, que entre nós tem raiz e é obra de moradores de rua, bem como a produção de alimentos agroecológicos, que enfrentam o domínio de meia dúzia de laboratórios e agroindústrias transnacionais, indicam a urgência de se buscar formas verdadeiramente ecológicas de economia. Todas as “alternativas” às iniciativas econômicas que colocam em risco o ambiente da vida, e que, por isso, centram sua economia na busca do Bem Viver e da regeneração da vitalidade da Terra, precisam ser reconhecidas, valorizadas, promovidas.

Uma condição indispensável para que a humanidade construa formas de economia favoráveis à vida humana na Terra é a democratização do acesso aos territórios, à terra para viver e cultivar. Esta é a razão para que a Campanha da Fraternidade Ecumênica apóie o Plebiscito popular sobre o tamanho máximo da propriedade, a ser promovido pelo Fórum da Reforma Agrária na próxima Semana da Pátria.

Coerência entre a palavra e ação

As Igrejas que propõem este debate e estas propostas de ação sabem que, por serem comunidades humanas, carregam contradições em sua forma de relacionar com a economia. Por isso, o que está proposto, a partir da mensagem de Jesus, é igualmente desafio para as Igrejas e para toda a sociedade humana. Para serem fermento de novos tipos de convivência entre os seres humanos e com a Terra, as comunidades cristãs precisam enfrentar o desafio de, junto com o louvor a Deus e a meditação da sua Palavra, reaprender a colocar tudo em comum, distribuir entre todos, para que não haja necessitados entre seus membros – (Cf. Atos, 2, 44,47).

Mesmo com suas imperfeições, contudo, lutar contra uma economia que sacrifica a vida e em favor de economias que servem à vida é prática de amor às pessoas, caminho verdadeiro para amar e servir a Deus. ☞

* Ir. Delci Franzen é assessora da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da CNBB.

* Ivo Poletto é sociólogo e educador popular, assessor de movimentos e pastorais sociais.

O “ouro de tolo” da Belacap e a oportunidade para cariocas e fluminenses na dimensão urbana-regional

■ Bruno Leonardo Barth Sobral*

Historicamente, a lógica específica da “capitalidade” vem sendo fundamental no desenvolvimento carioca-fluminense. Adverte-se que isso não significa ficar preso ao fato de ser ou não sede da administração pública federal. A noção de “capitalidade” está identificada com o reconhecimento de referência nacional, um ingrediente ideológico chave da identidade e da auto-estima brasileira. Baseada em formulação teórica de Giulio Argan, Marly Motta (2001: 24) definiu o conceito como: “*lugar da política e da cultura, como núcleo da sociabilidade intelectual e da produção simbólica, representando, cada uma à sua maneira, o papel de foco da civilização, núcleo da modernidade, teatro do poder e lugar de memória*”.

Segundo Carlos Lessa (2000), ao confiar nas vantagens de sintetizar simbolicamente a Nação, acreditou-se que a metrópole carioca-fluminense tinha assegurado um “pacto com a eterna prosperidade”. Contudo, o mesmo autor apontou o início da desconstrução simbólica com a transferência da capital federal em 1960, embora, somente nas últimas décadas do século XX, ficaria patente a decadência do status de “cidade mara-

vilhosa” no vácuo deixado pelo enfraquecimento do projeto nacional. Assim, Carlos Lessa (2000) relacionou uma desvalorização mais explícita da metrópole carioca-fluminense com a crise da auto-estima e da identidade nacional. Todavia, a “capitalidade” não foi perdida integralmente, preservando-se importantes órgãos e autarquias federais, serviços urbanos variados, complexo cultural sofisticado, pólo nacional na educação e pesquisas científico-tecnológicas etc.

Portanto, o status diferenciado que se manteve foi devido à complexidade da dinâmica metropolitana e ao fato de ainda ser um importante centro de decisões. No entanto, ainda existe quem deseje sustentar a centralidade do Rio de Janeiro por direito natural ou conquistado pelos séculos de sede do poder público central. Trata-se de saudosistas de um futuro que não existiu: o devaneio da Belacap. Ressalva-se que se adota a interpretação de devaneio em perspectiva histórica do desenvolvimento, pois era coerente para legitimar interesses dominantes quando proposto.

Com a transferência da capital em 1960, a Cidade do Rio de Janeiro virou Estado da Guanabara. Naquele momento, tornou-se a única cidade



do país que também seria estado, mesmo não sendo mais distrito federal. Assim, satisfizesse interesses do movimento autonomista local. Dado esse arranjo, surge a proposta da Belacap (“bela capital”) em contraposição a Novacap (“nova capital”) em Brasília.

Sua tese consistia em assegurar uma resposta à inacabada construção de Brasília ao reconstruir a ex-capital para continuar a ser “capital de fato”. Carlos Lacerda, primeiro governador eleito da Guanabara, investiu nessa estratégia habilmente para adquirir a imagem de administrador competente e “tocador de obras”. Dessa forma, cultivava também a expectativa de uma gestão carioca servir de plataforma para uma futura eleição nacional. Para isso, a “capitalidade” foi usada para articular os interesses do mo-

vimento autonomista local aos interesses políticos por uma gestão que garantisse expressão nacional. Quando homologou sua candidatura, Carlos Lacerda já destacou:

“Não somos uma capital decaída, mas uma cidade libertada. Os que daqui saíram com saudade sabem que o Rio é uma cidade insubstituível, uma cidade em que todos os brasileiros, ontem, hoje, sempre, estarão como em sua casa. Sabem esses brasileiros que somos uma região sem regionalismo. Pensamos os nossos problemas em termos mundiais, além de continentais, e continentais, além de nacionais. (...) Pensaram que nos abandonando interiorizavam a civilização, mas foi aqui que a deixaram. Porque somos a síntese do Brasil (...).”

Nota-se que essa estratégia não preparou a metrópole carioca-fluminense para um novo papel na federação a partir da interiorização do desenvolvimento nacional, ao contrário, pretendeu reafirmar o papel que lhe julgava ser de direito. Contudo, Brasília se consolidou, bem como o descompasso entre o desenvolvimento brasileiro e o desenvolvimento carioca e fluminense ficou mais evidente.

Mauro Osorio (2005) ressaltou o abismo ideológico entre uma lógica nacional

ainda presente, porém agora cada vez mais inorgânica, e uma lógica local, que fragmentária, ganha destaque à medida que estende suas práticas clientelistas. A partir de então, a cultura institucional que se consolidou marcou-se por sérias disputas patrimoniais no interior das elites locais, arraigando uma crise política específica sentida no médio prazo.

Contudo, ao invés de repensar as estratégias adotadas, os defensores da Belacap viram a fusão da Cidade do Rio de Janeiro com o interior fluminense (antigo Estado do Rio de Janeiro) como o golpe final, ao encerrar o projeto do Estado da Guanabara e redundar a Cidade do Rio de Janeiro a ser mais uma capital de um estado em 1975. Por consequência cultural, imerso no inconsciente coletivo, o orgulho de ser carioca (quem nasce na Cidade do Rio de Janeiro) ainda hoje é muito maior que ser fluminense (quem nasce no Estado do Rio de Janeiro), o que seria o equivalente a preferir ser reconhecido como paulistano antes de ser paulista, belo-horizontino antes de ser mineiro etc. Mesmo quem é nativo do interior do estado, por vezes, aceita ser reconhecido também por carioca.

Afora o inconsciente coletivo, o devaneio persiste também consciente nas mentes de “viúvas” da Belacap. Isso se resume na seguinte interpretação da história: a transferência da capital seria a conquista da “independência política” e a fusão posterior um mal e principal culpada dos problemas

socioeconômicos nas décadas seguintes (uma eterna “Geni” para jogar pedra). Uma visão questionável estrategicamente ao pretender o isolamento político-institucional de sua principal área de influência, o interior fluminense.

Reafirmar essas pretensões seria endossar um cosmopolitismo perverso em que o compromisso com o desenvolvimento amplo perde seu valor ao se ficar omissos às distorções estruturais geradas no território. Um exemplo disso foi a incapacidade histórica da configuração metropolitana carioca-fluminense ganhar maior institucionalidade e planejamento político, diferente de outros casos no país. Portanto, qualquer vontade de liderança estratégica nacional do Rio de Janeiro se torna anacrônica se ficar alheia à prioridade no enfrentamento de uma integração territorial socialmente problemática.


Como “ouro de tolo”, o futuro de “capital de fato” que não veio levou ao ressentimento diante da maior sensação de esvaziamento, particularmente, econômico. Contudo, mais que o descontentamento com as irrisórias compensações federais obtidas, deve ser buscada uma capacidade de planejamento para maior inserção na divisão territorial do trabalho no país. Fora de contexto histórico, um saudosismo da Guanabara só impediria que se preocupasse com o essencial: as possibilidades reais do desenvolvimento e o fortalecimento do papel na federação. **Ao invés de reclamar**

um status diferenciado *per si*, que mistifica suas condições objetivas de desenvolvimento, deve ser repensado o papel do Rio de Janeiro na configuração federativa, ou seja, consolidar a representatividade dos interesses a partir da análise e compreensão de sua questão urbano-regional própria.

A noção de “capitalidade”, ainda fundamental para a análise da especificidade carioca-fluminense, deve ser retrabalhada em um projeto político que contribua para o dimensionamento dos desafios concretos. Ao assumir a problemática federativa como questão prioritária, a luta pelo desenvolvimento urbano-regional se torna a luta pela consolidação da federação. Nesse sentido, o conceito de “capitalidade”, que, em primeira instância, trata de referência nacional, deve ser usado também para se assumir um projeto político, ou seja, uma centralidade coordenativa diante da diversidade de forças sociais e da interdependência econômica no país. Desse modo, a essência da “capitalidade” deve passar a ser vista também como a capacidade de estimular a politização do território para discussão dos campos de tensões e das bases materiais para a pactuação de interesses que dão contorno a Nação.

Propor que o Rio de Janeiro busque uma clara compreensão e a defesa dos próprios interesses a partir de seu espaço urbano-regional não é necessariamente endossar o provincianismo ou legitimar a hegemonia de grupos sociais dominantes. No caso de

uma via mais democrática, isso pode permitir a consciência de uma unidade social que, em respeito à diversidade e à interdependência, deriva-se da pactuação do poder numa Nação. Ao ser estabelecida, essa unidade social passa a desempenhar o papel de artífice da soberania nacional através do exercício de centralidades no território. Para isso, sem ficar subsumido na supremacia do Estado à escala nacional ou entregue às demandas particularistas na escala local, caberia ter uma posição relativa de protagonista na articulação do projeto nacional ao assumir os próprios impasses na questão urbana-regional.

Simbolicamente, ao invés do desejo da proclamação da independência que o “aborto” do Estado da Guanabara enterrou, o fundamental é a (re) descoberta do Estado do Rio de Janeiro, um ser coletivo a se desenvolver e mostrar politicamente sua força. 

* Bruno Leonardo Barth Sobral é economista pelo Instituto de Economia da UFRJ e doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LESSA, C. O Rio de todos os Brasileiros – uma Reflexão em Busca de Auto-estima. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- MOTTA, M.S. Rio de Janeiro: de cidade-capital a estado da Guanabara. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- OSORIO, M. Rio nacional/Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense. Rio de Janeiro, RJ: Editora SENAC Rio, 2005.

Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011

No mês de abril deste ano foi publicado o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do município do Rio de Janeiro para o exercício de 2011. Este projeto define as metas e prioridades que vão orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) do respectivo exercício, tomando como base o Plano Plurianual para o quadriênio 2010/13.

Consta na LDO, por determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), um balanço sobre o cumprimento das metas anuais e sua posição para os três próximos exercícios. Como se sabe, a LRF impõe limitações ao gasto público e seu endividamento com objetivo de realizar superávit primário (diferença entre as receitas e despesas não-financeiras) para ser direcionado ao pagamento de dívidas, em que se pode notar um constante esforço do município para realizá-lo.

O gráfico 1 apresenta o resultado primário e nominal do período 2005/2013. O resultado nominal consiste na diferença entre a Dívida Consolidada Líquida de um ano e a mesma do ano anterior. De 2005 a 2009 são apresentadas as metas já executadas, enquanto que, de 2010 em diante as metas são apenas as previstas. Em 2009 pode-se observar um significativo superávit primário, cerca de R\$1,36 bilhão, e um déficit nominal

ainda maior, quase R\$2 bilhões.

Apesar de o município ter reduzido sua Dívida Consolidada Líquida em quase R\$2 bilhões, esse resultado não aparece como tendência para os próximos anos, quando as previsões apontam resultados nominais positivos, ou seja, aumento do endividamento líquido.

Renúncia fiscal

Os incentivos fiscais são benefícios concedidos pelo governo com o intuito de incentivar certa área, setor ou atividade econômica. Basicamente são reduções de alíquotas, isenções ou compensações.

A estimativa de renúncia da receita para 2011 é de quase R\$161 milhões, 12,3% maior do que o previsto para 2010. Na tabela 1 podemos visualizar os beneficiados da renúncia fiscal.

Observa-se um grande esforço em incentivar a implantação de centrais de teleatendimento através de isenção de ITBI e IPTU, além da redução de alíquota do ISS, o que significa a perda de um pouco mais de R\$51 milhões na arrecadação de impostos.

Na LDO a proposta de revitalização e restauração da zona portuária do Rio de Janeiro começa a receber

incentivos. São previstas isenções de ITBI, ISS e IPTU para operações urbanas consorciadas nesta região.

Receitas e despesas da Previdência

Em 2009 as despesas previdenciárias continuaram subindo em relação a 2007 e 2008, enquanto sua receita diminuiu pouco mais de 4%. Essa queda pode ser explicada pela decisão de que os aposentados não mais serão descontados. Essa diminuição na arrecadação deixou o ano de 2009 deficitário em um pouco mais de R\$960 milhões.

As receitas previdenciárias são divididas entre receitas correntes e receitas de capital. Dentro das receitas correntes vale observar que a receita patrimonial diminuiu 27,1% em relação a 2008, e que a receita de contribuições dos segurados chegou a mais de R\$249 milhões, um crescimento de 7,6%, seguindo a tendência dos anos anteriores.

O sistema previdenciário além de ser financiado por suas próprias receitas, também é financiado por repasses do tesouro, que aumentaram quase 4% sobre 2008.

As transferências correntes correspondem a 34,8% da receita total e apresentam um crescimento de 5,2% em relação a 2008. Mesmo com a significativa diminuição das trans-

Gráfico 1

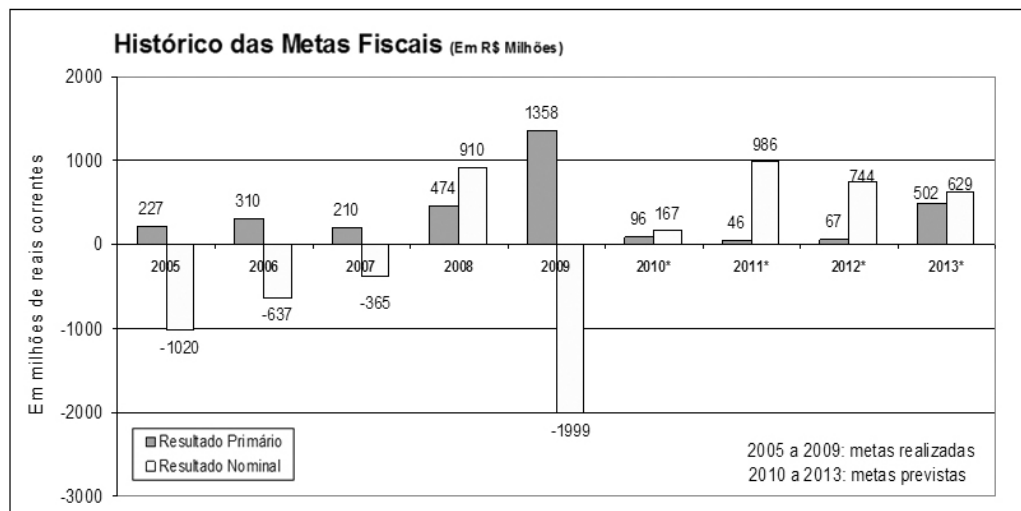


Tabela 1

Renúncia prevista para 2011 (Em R\$ Milhões)

Beneficiário	Valor	%
Serviços de centrais de teleatendimento	51,14	31,81%
Investimentos no setor de tecnologia da informação	33,43	20,79%
Minha Casa, Minha Vida	22,01	13,69%
Serviços relativos a seguros	15,55	9,67%
Operação urbana consorciada na região portuária	13,25	8,24%
Projetos culturais	12,24	7,61%
Serviços vinculados a complexos siderúrgicos na zona oeste	6,10	3,79%
Serviços relativos a resseguros	3,13	1,95%
Pequenos contribuintes (até R\$60.000 no primeiro ano de atividade)	2,93	1,82%
Apoio à educação de pessoas com deficiência	0,95	0,59%
Cooperativas de taxistas autônomos	0,04	0,02%
Total	160,77	100%

ferências dos royalties de petróleo, que em 2009 recuaram 28,4% em relação a 2008.

Dívida Pública

A Dívida Pública Consolidada em 2009 sofreu uma redução de 5,7% em relação 2008. Apesar disso a PLDO 2011 projeta uma tendência de aumento da dívida para os anos de 2010 a 2013. Esse crescimento seria resultado da incorporação de novos empréstimos já contratados. No entanto a finalidade desses financiamentos não está definida na PLDO.

Os serviços da dívida representam 9% das despesas totais do município, para o ano de 2010. Segundo a PLDO 2011 esse percentual cairá para 8% no ano de 2011.

Em 2008 e 2009 os gastos com Serviços da Dívida apresentaram-se maiores que os Investimentos, mesma situação prevista para 2010. No entanto, a projeção é de que haja uma reversão nesse quadro de 2011 a 2013, o que evidencia uma estratégia comum aos mandatos anteriores (conforme edição do JE de 11/07), onde se contrai gastos nos primeiros anos para investi-los nos anos seguintes, próximos às eleições.

Estado do Rio de Janeiro

No Projeto de LDO para 2011 o Governo do Estado do Rio de Janeiro destaca o ajuste fiscal, as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, e a perspectiva de novos investimentos devido à Copa do Mundo em 2014, às Olimpíadas em 2016 e às reservas petrolíferas do pré-sal.

Em relação às metas fiscais, a receita estimada para 2011 foi de R\$46,4 bilhões, podendo alcançar R\$51,5 bilhões em 2013, o que representaria um crescimento em torno de 11% no período.

No mesmo período, a previsão de arrecadação do ICMS, principal receita do Estado, é de R\$22,3 bilhões em 2011 e R\$26 bilhões em 2013. Cumpridas estas previsões, o ICMS aumentaria sua participação no total arrecadado, representando

Tabela 2

Em R\$ Mil constantes preços médios de 2010				
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	2012	2013
DÍVIDA CONSOLIDADA	57.683.876	61.577.829	62.218.061	61.427.731
(-) Disponibilidade de Caixa	5.588.280	5.216.941	4.827.169	4.711.687
(-) Haveres Financeiros	1.936.722	1.835.843	1.740.886	1.649.260
(+) Restos a pagar Processados	2.392.440	2.336.546	2.260.452	2.228.005
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	52.551.314	56.861.591	57.910.458	57.294.789
(+) Receita de Privatizações	-	-	-	-
(-) Passivos Reconhecidos	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	52.551.314	56.861.591	57.910.458	57.294.789
RESULTADO NOMINAL	-	4.310.277	1.048.867	-615.669

metade do total em 2013.

Na composição da receita o governo conta ainda com a prorrogação dos quatro pontos percentuais do adicional do ICMS nas alíquotas incidentes sobre os serviços de energia elétrica e comunicações. Contudo, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro ainda não votou nenhum pedido de prorrogação.

No mesmo período, os royalties do petróleo devem crescer 10,6%, passando de R\$5,3 bilhões em 2011 para R\$5,8 bilhões em 2013. Eles representam cerca de 11% do total arrecadado. O Governo destaca que foi conservador na projeção desta rubrica, tendo em vista o grau de incerteza associado ao comportamento das variáveis envolvidas.

Já a previsão para as operações de crédito é de crescimento até 2012, quando alcançaria R\$1,9 bilhão, como consequência da política de investimentos traçada pelo Estado. A partir de 2013, cuja previsão é de R\$ 1,4 bilhão, haveria o retorno da política de equilíbrio fiscal com redução gradual do endividamento.

As transferências de capital, compostas principalmente pela previsão de recursos repassados pela União para o Estado em função dos compromissos do PAC, foram estimadas em R\$1 bilhão para 2011, R\$700 milhões para 2012 e R\$400 milhões para 2013.

O crescimento da arrecadação do ICMS seria importante para um equi-

líbrio maior das finanças do Estado. Até o momento o Estado depende da arrecadação dos royalties para pagar inativos. Em 2010, a previsão é que R\$2,9 bilhões, quase 60% do total arrecadado com royalties, sejam destinados ao pagamento de aposentados e pensionistas.

Para a dívida foram considerados os contratos em vigor incluindo o da dívida refinanciada junto à União. Também foram computadas as operações de crédito com perspectivas de assinatura no período a que se referem às metas fiscais.

Do total previsto com investimentos para 2010, R\$3 bilhões são com recursos do tesouro, sendo R\$950 milhões de operações de crédito e R\$2,5 bilhões com outras fontes, sendo R\$1,1 bilhão recursos de convênio da União para o PAC.

A expectativa do resultado primário no Projeto de Lei da LDO para 2011 é de crescimento no período 2011/2013, passando a preços correntes de R\$1,1 bilhão para R\$2 bilhões (a preços constantes médios de 2010 passaria de R\$1 bilhão para R\$1,8 bilhão).

A análise do resultado primário de 2009 demonstra que a meta fixada na LDO não foi alcançada. Segundo o governo, isso ocorreu devido à queda da arrecadação com royalties no contexto da crise mundial.

O resultado nominal reflete a po-

lítica de contração de Operações de Crédito do Estado com previsão de crescimento da Dívida Fiscal Líquida de R\$4,3 bilhões em 2011, R\$1 bilhão em 2012, e em 2013 haveria uma contração de R\$600 milhões (a preços constantes médios de 2010).

Também é destacado que a incorporação ao montante da dívida dos resíduos das parcelas do Contrato de Refinanciamento, firmado com a União, que ultrapassam o limite de pagamento de 13% da Receita Líquida Real contribuem para o crescimento nominal da dívida.

Na análise do resultado nominal de 2009, verifica-se uma redução de quase R\$1,5 bilhão da Dívida Fiscal Líquida, que caiu de R\$49,6 bilhões para R\$48,2 bilhões. Segundo o governo, contribuíram para esse resultado a variação negativa do IGP-DI em 2009, indexador do saldo devedor do contrato de refinanciamento da dívida do Estado com o Tesouro Nacional (Lei 9496/98). A projeção para o período 2010/13 pode ser observada na tabela 2.

Não há um quadro detalhado sobre a estimativa e compensação da renúncia de receita. O Governo cita que as metas fiscais já incorporam o impacto da concessão dos incentivos e benefícios de natureza tributária, e que está tomando medidas para melhorar a medição do custo fiscal. No entanto, não explicita que medidas são estas. 